

# PROJETO PEDAGÓGICO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
RAZÃO SOCIAL:	CURSOS VIRTUAIS LTDA
NOME FANTASIA:	CURSOSVIRTUAIS.NET
CNPJ:	08.179.401/0001-62
REGISTRO ABED:	7734 - CATEGORIA INSTITUCIONAL

CURSO	
NOME:	DIREITO DO CONSUMIDOR
MODALIDADE:	CAPACITAÇÃO LIVRE OFERTA - EAD

**Metodologia:** O conteúdo do curso é disponibilizado ao aluno para estudo online em uma interface diagramada de fácil navegação AVA (Ambiente Virtual de Estudos). O acesso ao material é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. O curso conta com a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula/módulo e também realização da prova final.

**Formato:** O curso é ofertado de forma assíncrona e conta com atividades complementares síncronas, permitindo que o aluno organize seus estudos conforme sua disponibilidade. Os módulos de aprendizado são liberados de maneira assíncrona e progressiva, sendo necessário concluir cada etapa para avançar à seguinte. Complementarmente, o curso conta com atividade síncrona por meio do suporte em tempo real com o professor, disponível às terças e quintas-feiras, das 15h às 16h, na ferramenta de tira-dúvidas.

**Tutoria e Formas de Interação:** Os alunos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada. A interação é realizada por meio do da Área do Aluno, no Ambiente Virtual de Estudos (AVA). A tutoria consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados.

**Prova final/Certificação:** A prova final é quantitativa. A geração do certificado é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) na prova final. O curso conta com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) correspondente à carga horária certificada.

**Organização curricular:** O curso apresenta organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

**Tecnologia de EAD/e-learning:** Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o ambiente de estudos na área do aluno, que é um AVA otimizado para nossa plataforma de ensino.

**Materiais Didáticos:** O conteúdo programático é lastreado em materiais didáticos atualizados. Dentre as ferramentas de aprendizagem além do material de estudo estão a prova final, grupo de estudos com o tutor/professor, e atividades atividade avaliativas sobre cada aula do curso.

**Interação e Suporte Administrativo:** O curso conta – além do suporte de tutoria - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e professores/tutores; e alunos e equipe de apoio administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O Ambiente Virtual de Estudos (AVA) utilizado pela CURSOS VIRTUAIS LTDA é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente.

**Sobre a Instituição de Ensino:** A CURSOS VIRTUAIS LTDA é uma escola de educação à distância. Iniciamos nossas atividades em 2006 e contamos com mais de 500 mil alunos matriculados em diversos cursos. Além disso, somos associados da ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Legalmente constituída inscrita no CNPJ 08.179.401/0001-62, atua com a idoneidade e credibilidade auxiliando diversos órgãos públicos e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores de todo o país.

## ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

**NOME DA CAPACITAÇÃO:** Direito do Consumidor

**OBJETIVO DE APRENDIZAGEM:** Proporcionar ao aluno uma visão abrangente sobre os temas do conteúdo programático. Melhorar as competências específicas do curso e desenvolver habilidades de pensamento crítico e analítico acerca do tema estudado.

### **ATIVIDADES/AULAS:**

- 1) Introdução ao direito do consumidor
- 2) Entendendo o direito do consumidor
- 3) Contextualização do CDC
- 4) Resumo geral - Direito do consumidor
- 5) Código de proteção e defesa do consumidor - Lei 8078/90 e complementos

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DETALHADO:**

Noções introdutórias  
Relação de consumo  
Qualidade de produtos e serviços  
Responsabilidade pelo fato e pelo vício do produto/serviço  
Práticas comerciais  
Proteção contratual  
Sanções administrativas e infrações penais  
Defesa do consumidor em juízo  
O Direito do Consumidor - Origem, finalidades e princípios  
Campo de incidência e a nova perspectiva do Direito privado  
Dispositivos constitucionais  
Princípio da vulnerabilidade  
Princípio da vulnerabilidade x Princípio da hipossuficiência  
Princípio da boa-fé  
Princípio da transparência e da confiança  
Princípio da segurança  
Princípio da harmonização dos interesses  
A relação de consumo e seus elementos  
Conceitos legais de consumidor  
Os elementos da relação de consumo  
Consumidor standard  
Teorias maximalista e finalista  
Consumidor por equiparação bystander  
Fornecedor  
Produto  
Serviço  
Direitos básicos do consumidor  
Direitos básicos  
Proteção da vida, saúde e segurança dos consumidores  
Educação do consumidor  
Direito à informação  
Publicidade  
Práticas comerciais abusivas  
Cláusulas abusivas  
Prevenção e reparação de danos  
Facilitação do acesso à Justiça  
Inversão do ônus da prova  
A proteção contratual do consumidor  
Nova concepção de contrato  
Revisão das cláusulas contratuais  
A lesão enorme e a quebra da base do negócio jurídico  
Fase da formação contratual  
Fase pré-contratual

Contratos adesivos  
Direito de arrependimento  
A garantia legal e a convencional  
Fase da execução do contrato  
Cláusulas abusivas  
Fase pós-contratual  
Contratos bancários  
Cartão de crédito  
Arrendamento mercantil  
Contratos com profissionais liberais  
Contratos de seguro  
Contratos eletrônicos  
Transporte coletivo  
Bancos de dados  
Cobrança de dívidas  
Responsabilidade civil nas relações de consumo e a defesa do consumidor em juízo  
Vício do produto e do serviço  
Fato do produto ou do serviço  
Prescrição e decadência  
Contextualizando o CDC  
Inspiração constitucional  
Natureza jurídica  
Microsistema legislativo  
Normas de caráter principiológico  
Normas de "ordem pública e de interesse social"  
CDC como lei "de função social"  
Aplicação do CDC no tempo  
Teoria do diálogo das fontes  
Princípios do CDC  
Princípio da vulnerabilidade do consumidor e inversão do ônus da prova  
Princípio da defesa do consumidor pelo Estado  
Princípio da harmonização  
Princípio da boa-fé objetiva  
Função interpretativa  
Função integrativa  
Função de limite ao exercício de direitos subjetivos  
Princípio da transparência  
Princípio da informação  
Princípio da segurança  
Princípio do equilíbrio nas prestações  
Princípio da reparação integral  
Princípio da solidariedade (responsabilidade solidária)  
Princípio da interpretação mais favorável ao consumidor  
Princípio da reparação objetiva  
Princípio da conservação do contrato  
Princípio da obrigatoriedade dos contratos ou da intangibilidade contratual (pacta sunt servanda)  
Relação jurídica de consumo  
Consumidor  
Fornecedor  
Internet e relações de consumo  
Profissionais liberais são fornecedores de serviços?  
Consumidor por equiparação  
Aplicação jurisprudencial  
Teoria da qualidade  
Peculiaridades do regime consumerista  
Caráter objetivo  
Caráter solidário  
Vício no produto ou serviço e fato do produto ou serviço  
Fato do produto ou serviço  
Excludentes de nexo de causalidade  
Situações específicas do regime de responsabilidade do CDC

Jurisprudência sobre a teoria da qualidade  
Prescrição e decadência no CDC  
Desconsideração da personalidade jurídica  
Teoria maior e teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica  
Sociedades integrantes de grupos societários, sociedades controladas, sociedades consorciadas e sociedades coligadas  
Práticas comerciais  
Disposições gerais  
Oferta  
Publicidade nas relações de consumo  
Práticas abusivas  
Práticas abusivas em espécie  
Produtos ou serviços sujeitos ao regime de controle de preços  
Cobrança de dívidas  
Repetição de indébito no CDC  
Banco de dados e cadastro de consumidores  
Direito a ser comunicado previamente  
Direito de acessar a informação  
Direito à correção das informações  
Proteção contratual  
Disposições gerais  
Direito de reflexão ou de arrependimento  
Garantia contratual  
Cláusulas abusivas - Art. 51 do CDC  
Controle das cláusulas abusivas  
Sanções administrativas  
Sistema nacional de defesa do consumidor  
Competência legislativa e material em matéria consumerista  
Sanções administrativas em espécie  
Infrações penais  
Defesa do consumidor em juízo  
Direitos coletivos lato sensu  
Legitimados  
Estímulo à efetividade  
Custas, emolumentos, despesas e honorários  
Ação de regresso do comerciante  
Aplicação das regras do CPC e da Lei da Ação Civil Pública  
Competência  
Princípio da publicidade e right to opt in  
Sentença no processo coletivo  
Coisa julgada  
Prescrição  
Disposições processuais específicas do microssistema consumerista  
Histórico do Direito do Consumidor  
Evolução do Direito do Consumidor no Brasil  
A defesa do consumidor como direito fundamental e princípio da ordem econômica  
Relação jurídica de consumo  
Elementos da relação de consumo  
Conceito de consumidor do CDC  
Conceito de fornecedor CDC  
Conceito de serviço  
Princípios informadores do Direito do Consumidor  
Princípios que informam o Direito do Consumidor, previstos na Constituição Federal  
Princípios específicos do Direito do Consumidor previstos na Lei 8.078/90  
Responsabilidade civil nas relações de consumo  
A teoria do risco da atividade  
Responsabilidade civil por fato do produto ou do serviço  
Fato do produto e do serviço = acidente de consumo  
Responsabilidade civil por vício do produto ou do serviço  
Responsabilidade civil por vício do produto  
Quadro comparativo da responsabilidade civil do CDC

## Garantias

A prescrição e decadência no CC

Prescrição e decadência no CDC

Da desconsideração da personalidade jurídica

Proteção contratual e práticas comerciais abusivas

Práticas comerciais

Da cobrança de dívidas

Da proteção contratual

Das sanções administrativas

Das infrações penais

Defesa do consumidor em juízo